

POR UMA MUDANÇA DE VERDADE!

PLANO DE GOVERNO DA FEDERAÇÃO PSOL-REDE - CACHOEIRINHA - RS

Em Cachoeirinha, assim como no Estado e no país, a crise econômica vem se agravando a cada dia. E quem mais sente os efeitos nefastos são as pessoas mais humildes.

- Muitas famílias vivem em áreas irregulares, desassistidas pela prefeitura ou com serviços públicos municipais de baixa qualidade;
- Muitas pessoas estão desempregadas no município, especialmente a juventude;
- Por trás dessa realidade está uma comunidade que vive um cotidiano de salários desvalorizados, com o transporte coletivo com fluxo demorado, frota sucateada, falta de segurança, educação precarizada, saúde pública em franca decadência e o funcionalismo público desrespeitado e com atraso no pagamento de seus salários.

A luta pela emancipação do povo vai muito além dos limites da cidade, mas a eleição para a prefeitura abre uma janela de oportunidade.

Se é verdade que a prefeitura não pode solucionar todos os problemas isoladamente, é também verdade que ela pode melhorar a vida das pessoas, avançar na construção de uma cidade acolhedora, segura e democrática. É tempo de ousadia. É tempo de mudança.

Cachoeirinha precisa de políticas públicas produzidas com intensa participação da sociedade, a partir dos interesses e necessidades da sua população de baixa renda, da juventude, das mulheres, que defendam os direitos fundamentais desta cidadania, particularmente na saúde, na educação, no transporte coletivo e na segurança.

É preciso criar e valorizar os recursos e infraestruturas públicas, garantir políticas de assistência social qualificadas, saúde, educação, moradia, transporte e lazer de qualidade para todos e não somente para quem tem condições de pagar.

O grupo político que governa a cidade transformou a prefeitura em um gigantesco aparato burocrático repleto de omissões. Os políticos que fazem parte deste pacto de governabilidade sacrificam os direitos do povo, mas garantem os seus privilégios e colocam seus interesses privados acima do interesse público.

A apropriação da cidade pelo seu povo só ocorrerá se os movimentos sociais e as organizações populares unirem-se para derrubar as barreiras da burocracia e da arrogância que distanciam o cidadão comum dos governos eleitos. Juntos nós podemos mudar essa realidade.

As eleições municipais colocam, mais uma vez, o debate sobre a urgência de mudanças estruturais na nossa cidade.

Assim, construir um modelo político onde a justiça prevaleça a partir de uma organização democrática da maioria, passa por elaborar sobre que tipo de cidade queremos.

Apontamos as medidas emergenciais e trabalharemos com o objetivo estratégico de garantir os direitos sociais e humanos através de políticas públicas com controle social e transparência, além de exigir que os governos estadual e federal repassem os recursos que de direito são da cidade.

É tempo de superar obstáculos e construir novos caminhos. A eleição municipal de 2016 abre uma janela de oportunidades para enfrentarmos este desafio, para que possamos colocar Cachoeirinha na vanguarda da construção das mudanças que precisamos.

GESTÃO DEMOCRÁTICA, GOVERNO DO POVO

Temos o desafio de construir uma democracia real em Cachoeirinha, onde o governo escute a cidadania e subordine a ela as grandes decisões que impactam a vida urbana, sem distribuir regalias a amigos e sem aparelhar a prefeitura com interesses político-partidários, personalistas e eleitoreiros.

Para esta profunda mudança é fundamental a auto-organização da cidadania. A partir dos bairros e dos locais de trabalho, de estudo, de cultura e lazer é possível garantir que as pessoas sejam protagonistas da mudança.

Já vemos a proliferação de redes e grupos locais que se articulam para garantir que suas vozes sejam ouvidas, Por isso é necessário um governo que some a competência na gestão pública à capacidade de envolver a juventude, os trabalhadores, as mulheres, os negros, os idosos, os sem-teto, as pessoas com deficiência e a população LGBT na construção, execução e fiscalização das políticas públicas.

É preciso movimentar a cidadania que está na iniciativa privada, nas entidades de classe, nos movimentos populares, no funcionalismo público concursado, na cena cultural e na universidade. Valorizar e estabelecer com os sindicatos, associações e ONGs populares uma relação de construção coletiva do presente e do futuro da cidade.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- **Gestão democrática começa com os gestores.** A administração pública costuma sofrer com o “aparelhamento” partidário, responsável pela ocupação de cargos importantes por pessoas que não têm condições técnicas e, às vezes, nem éticas para tal. Alguns postos de alto escalão precisam ser preenchidos pelo critério de confiança dos eleitos, mas para os demais cargos devem ser realizados concursos internos que levem em consideração o conhecimento técnico ou equivalente de nível superior na área de atuação, experiência na função e eleição para avaliar a liderança do servidor.
- **Plataforma de participação popular.** Propomos o desenvolvimento de uma plataforma de internet na qual qualquer cidadão possa apresentar uma proposta. Se tiver apoio de 2% do eleitorado da cidade, a ideia será submetida a plebiscito e, se aprovada, será encampada pelo governo.
- **Prefeito no bairro.** Uma vez por mês o prefeito e todo o secretariado estarão nos bairros para ouvir a população. O diálogo direto do governo com a cidadania permitirá que

sejam adotadas de forma mais ágil as providências necessárias em relação aos problemas da cidade.

- **Criação do Orçamento Cidadão.** É preciso o Orçamento Cidadão para que a população discuta o conjunto do orçamento, a política fiscal e tributária, e não só um pequeno percentual dos investimentos. É também fundamental que a prefeitura respeite e cumpra rigorosamente as deliberações, que debata os problemas estruturais das contas do município.
- **Fortalecimento das Conferências e Conselhos Municipais.** Uma das principais conquistas da redemocratização no Brasil foi a criação das conferências e conselhos como mecanismos de controle social. Ocorre que os sucessivos governos vêm esvaziando a importância dessas instâncias e desrespeitando suas decisões. Isto sem falar aparelhamento de algumas delas. Um governo popular deve estabelecer uma dinâmica antiburocrática e de respeito aos conselhos e conferências e precisa cumprir rigorosamente suas determinações.
- **Congresso da Cidade.** É necessário construir um espaço mais amplo de discussão sobre a Cachoeirinha que queremos e a Cachoeirinha do futuro, onde sejam estabelecidos objetivos de médio e longo prazo para a superação dos problemas mais graves da cidade, bem como o desenvolvimento pleno de suas potencialidades e vocações.
- Editais de licitação para compras de produtos e serviços devem estabelecer condições para estimular a participação de empresas locais de pequeno porte.

REVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

O encolhimento do Estado e a redução e desvalorização do quadro de funcionários de carreira têm provocado descontrole, corrupção e má prestação de serviços públicos. A gestão é centralizada, distante da realidade da comunidade, e pouco democrática. O prefeito e os secretários tomam decisões monocráticas, que desconsideram a vontade da população e o saber acumulado pelos municipais.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- **Transitar para um novo modelo de administração pública.**
- **Eficiência, modernização e desburocratização.** A cidade tem que funcionar bem todos os dias e os serviços têm que ter qualidade. Um governo popular deve utilizar os recursos tecnológicos disponíveis e desenvolver sistemas que confirmem maior eficiência administrativa e facilitem os mecanismos de consulta e controle social sobre os serviços e as contas da Prefeitura e agilizem os processos.
- **Transparência: paredes de vidro.** Um governo popular deve dar total publicidade a seus atos e estimular o controle social na execução das obras, nas assinaturas de contratos e nas prestações de contas.
- **Compras públicas sustentáveis.** A prefeitura deve agir de modo responsável, adquirir somente o necessário e buscar soluções inteligentes e criativas, com vistas à economia de dinheiro público. Deve ainda criar novos mercados para produtos sustentáveis, com o estabelecimento de requisitos ambientais nas licitações, incluindo desde padrões de emissões de efluentes e eficiência energética até o uso de materiais reciclados na produção.

- **Criar o serviço telefônico 156.** Dar ao serviço de atendimento telefônico à população pelo número 156, que recebe, examina e encaminha as reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitações de informações, um novo status como canal de comunicação da prefeitura com o cidadão. O sistema deve ser modernizado, com o desenvolvimento de um aplicativo para telefonia móvel, para oferecer respostas mais rápidas às demandas e se transformar em instrumento efetivo de participação, exercício de cidadania, controle social e qualificação da gestão pública.
- **Modernizar o Arquivo Público Municipal** é essencial para facilitar o acesso da população aos documentos oficiais e garantir o cumprimento das leis de Responsabilidade Fiscal (lei complementar 101/2000), da Transparência (lei complementar 131/2009) e de Acesso à Informação (lei nº 12.527, de 2011).

FIM DOS PRIVILÉGIOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

O melhor governo é aquele que se apoia na inteligência e na mobilização da cidade, de seus servidores, estudiosos, ativistas sociais e do povo em geral.

Nosso programa parte do princípio de que os mandatos não são de propriedade individual dos eleitos, mas uma síntese de vontades, propostas e engajamentos comuns. Devem, portanto, ser tratados com uma expressão coletiva, sem que nunca se sobreponham interesses privados de qualquer natureza, sejam empresariais, pessoais ou fisiológicos. A estrutura administrativa pública não pode ser “loteada” entre os partidos que compõem as coligações. O combate à corrupção passa pela ética e pela capacidade técnica dos agentes públicos, mas depende, sobretudo, do controle e da fiscalização que os cidadãos exercem sobre os governantes.

Mandato não pode ser sinônimo de enriquecimento, nem de carreira profissional.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- **Combate sem tréguas à corrupção.** É preciso fortalecer a Controladoria Geral do Município, dar transparência e publicidade às auditorias e estimular a criação de um comitê cidadão de especialistas independentes que acompanhe de perto este trabalho de controle do uso do dinheiro público. Mecanismos como o Observatório Social, que acompanha temas relacionados às licitações municipais, devem ser fortalecidos, com acesso garantido a informações sobre orçamentos, compras públicas, contratos e serviços. Também propomos a criação de comissões de servidores para fiscalização de contratos e serviços e a instituição de mecanismos de delação anônima para casos de corrupção na prefeitura.
- **Prestação de contas dos governantes.** O prefeito, a vice, os secretários e todos os detentores de cargos em comissão deverão publicar anualmente a evolução do seu patrimônio pessoal.
- **Combater os privilégios.** Os salários do prefeito, do vice e dos secretários devem ser compatíveis com a realidade dos servidores de carreira e qualquer reajuste deve estar vinculado aos índices concedidos aos municipais.
- **Corte de 50% do CCs e valorização dos servidores de carreira.** O funcionalismo de carreira tem direito a salários dignos e condições de trabalho adequadas. O setor público não é feudo dos partidos nem instrumento de barganha política. Por isto, propomos o corte de 70% dos cargos de confiança, para que o conhecimento técnico e empírico dos servidores de carreira qualifique os serviços prestados pela prefeitura.

- **Redução de gastos.** O pagamento de diárias e o uso de carros oficiais, entre outras ações configuram privilégios para os governantes, devem ser limitados ao estritamente necessário para o cumprimento de suas funções.
- **Distribuição mais equânime das verbas publicitárias** entre os meios de comunicação, com direcionamento para campanhas de informação e conscientização sobre saúde pública, educação, trânsito, participação popular e combate ao preconceito, entre outros temas de interesse social, além do estímulo à formação de comunicadores comunitários com base no jornalismo crítico.

FINANÇAS MUNICIPAIS: NÃO PARALISAR DIANTE DE CRISES

É verdade que a crise econômica afeta as finanças da Prefeitura de Cachoeirinha, assim como prejudica todos os outros municípios do país, os governos estaduais e o governo federal.

O orçamento da prefeitura deve expressar uma visão política sobre a destinação e as origens dos recursos públicos e, conseqüentemente, sobre a distribuição social de parte da riqueza gerada na cidade.

Acreditamos que é possível melhorar as receitas, no mínimo com maior fiscalização para que as leis sejam efetivamente cumpridas, e também aumentar a eficiência dos gastos, com o combate à corrupção e ao desperdício.

- **Auditoria da dívida e dos contratos duvidosos** para verificar a legalidade, a necessidade e a real extensão dos compromissos firmados pela prefeitura.
- **Discussão democrática do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** com real participação popular e respeito às decisões tomadas pelo povo.

SAÚDE NÃO TEM PREÇO

A lei do arcabouço fiscal (teto de gastos) aprovada pelo congresso nacional, pode levar o sistema ao colapso. Nos últimos anos milhares de pessoas deixaram de ter planos de saúde devido ao desemprego e à carestia. É nos SUS que elas encontrarão – ou não – acolhida no momento de doença.

Em Cachoeirinha, a rede pública conta com diversos gargalos que um governo popular precisa enfrentar, além de incrementar a luta pelo aumento dos repasses dos governos federal e estadual.

A atenção primária à saúde (os postos de saúde) é, em todos os discursos eleitorais, tratada como a prioridade dos candidatos. Ela é, sem dúvidas, a base do Sistema Único de Saúde, já que são os profissionais dos postos que estabelecem vínculos de longa duração com os usuários e organizam o atendimento nas diversas áreas e especialidades da saúde. Sem atenção primária não há como acessar os outros níveis do sistema, como consultas especializadas e cirurgias.

A incapacidade das gestões em garantir o acesso real da população à prevenção e aos cuidados básicos está diretamente associada a várias situações, entre as quais a expansão não qualificada do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF). Junto dos problemas da atenção primária vêm as questões da atenção farmacêutica. Ano após ano ocorrem crises de oferta de medicamentos, geralmente por falta, mas também por problemas de gestão. A população de Cachoeirinha, somente nos últimos dois anos, já ficou sem medicações para hipertensão, diabetes e colesterol alto. Faltaram até mesmo alguns antibióticos básicos e vacinas. Isto também ocorre com serviços de fisioterapia e reabilitação. As dificuldades de custeio tornam difícil mudar essa situação de uma hora para outra, mas é possível buscar preferencialmente convênios com estruturas estatais, como as universidades federais. A atenção secundária não teve grande evolução nos últimos anos e é muito difícil ser atendido por especialistas em Cachoeirinha. Às vezes leva tanto tempo para o usuário do SUS chegar ao especialista que ele simplesmente desiste, quando não é internado ou morre antes. Temos que buscar verbas federais que existem especificamente para a construção de UPAS.

Negros, mulheres, pessoas em situação de rua e LGBT têm pouca atenção em suas necessidades específicas.

Portanto, é necessário que a mudança em Cachoeirinha passe pela resignificação do papel do governo e da máquina pública municipal e pela quebra do atual modo de operação desconectado da cidade. O combate a esse modelo perverso, praticado pela própria Secretaria Municipal de Saúde, deve possibilitar que as instâncias administrativas se tornem espaço de democracia real para todos, munícipes e trabalhadores.

Apresentamos algumas propostas para o debate nesta construção programática:

- **Convocação de uma conferência de saúde em 2027.** As conferências devem ocorrer anualmente e têm como objetivo fazer um diagnóstico da situação e definir diretrizes para as políticas e programas de saúde no município. Diante da desconexão entre as demandas da população e os Planos Municipais de Saúde na cidade, propomos convocar microconferências por bairro ou região ao longo de 2027.
- **Definir uma nova diretriz de atenção farmacêutica,** com distribuição estratégica de farmácias públicas municipais, e aprimorar o sistema de dispensação de medicamentos.
- **Mais remédios com mais economia.** É preciso garantir medicamentos nas farmácias e postos de saúde, reforçar o controle dos estoques, aprimorar as instalações para armazenamento e melhorar a capacitação do pessoal que trabalha na área. A prefeitura pode comprar remédios mais baratos com licitações mais competitivas por meio do consórcio da Associação dos Municípios da Grande Porto Alegre (GRANPAL).
- Para trabalhar em defesa do SUS e por mais profissionais da saúde, é necessário lutar pelo aumento dos repasses do Estado e da União para a saúde, inclusive por meio de ações judiciais, se necessário. É preciso ampliar a cobertura do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), mediante habilitação de equipes e expansão das residências para especialistas, dentistas, enfermeiras, terapeutas ocupacionais, agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, assistentes sociais, psicólogos, educadores físicos, nutricionistas, técnicos de enfermagem, sanitaristas e demais profissionais da saúde, com incentivo para os que atuam nos bairros mais distantes permaneçam nesses locais.

- Publicar os repasses do Estado e da União para permitir que o Conselho Municipal de Saúde, os conselhos locais e a população tenham conhecimento sobre os ingressos e atrasos no recebimento dos recursos, além de buscar a atualização dos valores repassados para aquisição de medicamentos.
- Maior resolutividade nos postos de saúde com especialistas à distância. Reforçar o serviço de teleatendimento pelo qual os médicos de saúde da família podem solicitar auxílio de especialistas sobre solicitação de exames e encaminhamento de procedimentos. O sistema reduz as filas e pode diminuir em até 70% a necessidade de um segundo atendimento aos pacientes.
- **População com acesso telefônico direto a profissionais de saúde** por meio de convênio com serviço de aconselhamento e informações gerais sobre saúde, que orienta a tomada de decisão sobre autocuidados, necessidade de consulta médica e ida à unidade básica de saúde ou emergência e ajuda a localizar o serviço médico apropriado mais próximo.
- **Saúde de qualidade significa construir uma gestão voltada à prevenção e ao investimento na atenção primária e secundária** para reduzir as superlotações nos hospitais e nos pronto-atendimentos.
- **Criar o programa “Melhor em Casa”**, responsável pelo serviço de atenção domiciliar a pacientes que recebem alta hospitalar, mas necessitam de cuidados na residência, especialmente os portadores de doenças crônicas.
- **Garantia de acesso à política de saúde mental**, Melhoria dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) regionalizados para atendimento de crianças e adolescentes, tratamento do uso abusivo de álcool e drogas e prevenção de casos de depressão e suicídio.
- **Aumentar o número de Núcleos de Apoio às Equipes da Estratégia Saúde da Família (NASF)**, compostos por especialistas em diversos campos para qualificar o atendimento à população. Até março de 2016, Porto Alegre tinha apenas cinco equipes, um número insuficiente para dar conta da demanda.
- **Melhorar as estruturas físicas, os equipamentos e a disponibilidade de recursos humanos na Unidades de Pronto-Atendimento e construir mais UPAS**, responsável pelos serviços de média complexidade, para reduzir a lotação dos hospitais. A ação requer também a cobrança dos repasses do Estado e da União previstos para o segmento.
- **Construir protocolos de atendimento para a SAMU em saúde mental**, inclusive com a participação da Brigada Militar, que é sistematicamente chamada para atuar nestes casos. Municípios como Três Coroas, Belo Horizonte e Florianópolis, que incluíram ações de atenção à saúde mental no Plano Municipal de Saúde, são exemplos desta iniciativa.
- **Desenvolvimento de programas de capacitação dos profissionais de saúde para acolhimento e acompanhamento a mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade social e violência**, combinados com ações combate ao machismo e ao assédio, campanhas educativas para maternidade e paternidade conscientes e oferta gratuita métodos contraceptivos.
- **Saúde para todos**. Garantir que nenhum LGBT deixe de receber atendimento médico adequado em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero.
- **Uma política de saúde para idosos**. Garantir a marcação de consultas para pessoas idosas com o clínico geral nos postos de saúde.
- **Ampliar e qualificar os Núcleos de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente**, com ênfase nas especialidades de oftalmologia, neurologia

e psiquiatria. É necessário oferecer acesso rápido a consultas e exames, preferencialmente em unidades de saúde.

- **Estabelecer comissão de análise dos contratos com prestadores de serviços de suporte ao diagnóstico**, como laboratórios de análises clínicas, centros de imagem e demais empresas conveniadas, para ajustar os valores dos procedimentos à demanda do sistema.

PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E PARTICIPATIVO

Cachoeirinha sofre com a falta de planejamento urbano. As obras e a engenharia de trânsito são realizadas sem qualquer participação das comunidades afetadas.

Realizar o planejamento urbano de médio e longo prazo como ferramenta central de um projeto de cidade voltado para a promoção da igualdade social, adequado aos imperativos da Constituição Federal e do Estatuto das Cidades.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- Implementar sistemas de gestão do planejamento que valorizem órgãos técnicos e os conselhos públicos com participação da comunidade em todas as etapas do planejamento urbano.
- Mutirão de regularização fundiária, com a participação das comunidades e do poder público, com esforço permanente para garantir condições de habitação e equipamentos públicos necessários aos territórios regularizados.
- Buscar apoio na inteligência da cidade, entre arquitetos, engenheiros e urbanistas, para dar assistência técnica à moradia popular, incentivar a participação das comunidades para desenvolver um planejamento de médio e longo prazo, baseado na sustentabilidade e nos direitos da cidadania.
- Construir o projeto urbano como ferramenta do plano diretor e efetivar a Operação Urbana Consorciada, prevista no Estatuto da Cidade e coordenada pela prefeitura com a participação de proprietários, moradores e usuários permanentes em busca de transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental em escala local.
- Valorizar, ampliar e qualificar os espaços públicos como lugar do encontro e de convivência social, com garantia de acessibilidade universal às pessoas portadoras de deficiência.
- Promover uma política pública de mobilidade urbana multimodal e solidária por meio da implantação de uma rede eficiente de ciclovias, da qualificação dos percursos de pedestres e da prioridade ao transporte coletivo com vistas a reduzir os congestionamentos e diminuir o peso do transporte individual no cotidiano da cidade.

OBRAS PÚBLICAS DE INTERESSE SOCIAL SEM CORRUPÇÃO

A cidade não pode ficar refém da incompetência e do mau planejamento. Precisamos investir em infraestrutura social e compartilhar com o povo o poder de decidir onde e quais grandes obras devem ser feitas na cidade, com transparência nas licitações e combate à corrupção. É o interesse público, não o das empreiteiras, que deve guiar esse processo.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- Fiscalização eficiente. Fortalecimento do quadro de funcionários de carreira para elaboração de projetos e fiscalização das obras. Engenheiros, arquitetos, auditores e outros profissionais capacitados para garantir bons projetos e boa execução das obras.
- Parceria com Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sindicato dos Engenheiros e outras organizações para que acompanhem e ajudem a fiscalizar as obras.
- Consulta à população, por meio de plebiscitos, sobre obras de valor elevado e de significativo impacto social e ambiental.
- Concurso público para projetos arquitetônicos de obras urbanísticas estruturantes, eliminando a contratação de amigos sob o critério duvidoso e subjetivo de “notório saber”.
- Eficiência e transparência das licitações, com cláusulas sociais e ambientais nos contratos, e submissão dos editais a comitês de especialistas independentes para impedir a lógica das “cartas marcadas”.
- Ampliação da exigência de contrapartidas sociais das empreiteiras que vencerem os editais, como construção de equipamentos públicos de infraestrutura social.

COMBATE À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E MORADIA DIGNA

Para valorizar o capital e gerar lucro, os capitalistas estão sempre em busca de novas oportunidades de negócios rentáveis. Eles exercem pressão sobre os gestores das cidades para obter as melhores oportunidades.

Temos o Estatuto das Cidades, várias leis, Conselhos, Fundos e Planos, mas estes instrumentos, que foram resultado de muitas lutas sociais, contêm muitas ambiguidades.

Precisamos fazer com que de fato, e não só de direito, seja garantida a função social da propriedade prevista no Estatuto das Cidades.

Está mais do que na hora de efetivar uma sobretaxação dos imóveis abandonados e dos vazios urbanos jogados à especulação através da progressividade do IPTU.

Muitos destes são devedores dos impostos municipais que poderiam ser cobrados por meio de dação em pagamento, mecanismo previsto na legislação para combater a sonegação e a especulação.

Precisamos de um governo que coloque a habitação como uma prioridade, faça a regularização fundiária das comunidades irregulares e cumpra o Estatuto da Cidade, que prega o planejamento urbano participativo e a função social da propriedade.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- Criação de um escritório de regularização fundiária com técnicos da prefeitura e do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) para promover a melhoria e a regularização das comunidades irregulares no município. A política de regularização será voltada ao interesse social, buscará a garantia do direito constitucional à moradia e será aplicável a áreas, assentamentos, edificações ou lotes irregulares ocupados pelas populações de baixa renda.
- IPTU progressivo nos vazios urbanos e áreas abandonadas como forma de promover a justiça fiscal, combater a especulação imobiliária e aumentar a arrecadação do município. Os novos recursos devem ser utilizados para o atendimento da demanda habitacional e os imóveis abandonados devem ser convertidos em moradias.
- Revisão do Inventário Público para mapear todas as áreas públicas ociosas ou “alugadas” a preços módicos para interesses privados. A medida permitirá a criação de um Banco de Terras do Município como instrumento de uma política de acesso à moradia digna.
- Gravar no Plano Diretor as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) como forma de garantir a destinação dos terrenos para habitação popular.
- Cachoeirinha deve aderir à Carta Mundial do Direito à Cidade, que resultou das lutas dos movimentos de defesa da reforma urbana, como forma de firmar o compromisso de atuação permanente em prol do direito à moradia digna.
- Mutirões de melhoria das moradias e entorno. Impulsionar mutirões com a participação dos moradores, da prefeitura, movimentos e entidades para promover melhorias emergenciais nas moradias precárias e seu entorno.
- Não criminalização da luta por moradia. A prefeitura deve ser parceira daqueles que lutam pelo direito a morar, ajudando nas negociações, combatendo os grileiros, aproveitadores e intermediários que se utilizam das carências do povo para ganhar dinheiro.
- Utilização mais ampla do aluguel social para famílias em situação de necessidade.

DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE

A cada dia a crise da mobilidade urbana se aprofunda em Cachoeirinha. A política de estímulo ao uso do automóvel individual provoca longos engarrafamentos, agravados pelo sucateamento do transporte coletivo.

Cachoeirinha convive com tarifas abusivas e qualidade precária na frota de ônibus e lotações.

Por isso, precisamos de um governo conectado com a luta das jornadas de junho de 2013 em defesa de uma mobilidade urbana que coloque as pessoas em primeiro lugar, priorize o investimento no transporte público e trabalhe para melhorar a qualidade e baratear o preço dos serviços. Assim como ao longo do mandato, implementar a proposta de tarifa zero no transporte coletivo. Hoje já existem mais de 100 cidades no Brasil que operam com o transporte totalmente gratuito, como por exemplo no município de Parobé no RS.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- Ônibus no horário e com conforto para os passageiros. Fiscalização rigorosa dos horários e lotação máxima nos ônibus. Exigência de número suficiente de ônibus para cumprimento dos horários sem pressão e sobrecarga aos motoristas.
- Buscar o congelamento das tarifas de ônibus no período imediato e auditoria dos três últimos aumentos, ampliação do controle público sobre o sistema de transporte de passageiros em busca de maior eficiência e transparência das operações.
- Buscar mecanismos legais para reavaliar a licitação do transporte coletivo, que apenas serviu para aumentar as tarifas acima da inflação e para “regularizar” as empresas que lucraram ilegalmente nos últimos anos.
- Exigir uma auditoria independente nas empresas privadas de transporte público para corrigir possíveis falhas, desvios e ineficiências operacionais e reduzir a necessidade de aumento das tarifas.
- Capacitação permanente de motoristas e a volta dos cobradores para melhorar os serviços prestados aos passageiros.
 - Criar mecanismo de pagamento de passagens por PIX ou cartão de débito/crédito
- Criar um Fundo Municipal do Passe Livre para financiar a isenção de tarifas de ônibus para a população mais necessitada. Os recursos virão do caixa da prefeitura, da cota do município sobre o IPVA e da locação de espaço publicitário nas paradas e corredores de ônibus.
- Mais investimentos em melhorias e manutenção nas ruas e avenidas para além das tradicionais “operações tapa-buracos” para aumentar a segurança e o conforto de motoristas, passageiros e pedestres.
- Execução do Plano Diretor Ciclo viário, com a construção de novas ciclovias e ciclo faixas em regiões definidas em conjunto com movimentos ciclo ativistas
- Apoio ao transporte compartilhado, criando aplicativos que possibilitem as pessoas se conectarem de forma segura para compartilhar carros.

POR UMA CACHOEIRINHA SEM MEDO

A maior parte das prefeituras brasileiras não tem assumido suas responsabilidades na área da segurança pública. O argumento é o de que o tema segurança seria responsabilidade do

Estado. Esta visão, que tem oferecido uma desculpa para explicar a omissão dos gestores municipais na área, se tornou insustentável diante da crise da segurança pública, particularmente em Cachoeirinha, onde a população está com medo e a situação é, de fato, dramática.

Além do crescimento dos roubos e dos homicídios, nos ressentimos também da falta de efetivos policiais.

Diante de um quadro desta gravidade, a prefeitura precisa ter uma postura ousada e inteligente. Do ponto de vista constitucional não há veto à atuação dos Municípios na área de segurança. Pelo contrário, o artigo 144 da Constituição Federal (C.F.) assinala que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. É, portanto, também responsabilidade da prefeitura que tem extraordinárias possibilidades de ação, especialmente se pensarmos na prevenção ao crime e à violência. Para tanto, a prefeitura precisa desenvolver um sistema de segurança e trabalhar conjuntamente com as Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, sociedade civil e, também com a cidadania consciente

Propomos a criação de uma Rede Integrada de Segurança Comunitária e Viária na qual a Guarda Municipal, comunitária e territorializada, será o ator principal e, integrada com a Brigada Militar e com os agentes de fiscalização de trânsito, por meio de mecanismos de comunicação comum, realizará a tarefa de prevenir e coibir a violência e a criminalidade no município

A Rede Integrada da Segurança Comunitária e Viária terá como órgão gestor o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M, concebido no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, como “responsável pela integração dos diferentes atores no município para enfrentamento da violência: guardas municipais, polícias estaduais, atores de sistema de justiça criminal, sociedade civil, secretarias municipais e todos os responsáveis pela segurança no município”.

Para além destes avanços, pretendemos construir uma GUARDA MUNICIPAL, que atue de forma integrada com os agentes de fiscalização do trânsito e transporte (“azulinhos”). Estes passariam a ser parte de um sistema de segurança e direitos aglutinando ações de patrulhamento e defesa da paz pública com as políticas de segurança no trânsito. Desta forma teremos uma GUARDA integrada com a comunidade, com treinamento, equipamento e efetivo para fazer diferença na prevenção e combate à violência urbana. Este mesmo sistema terá, ainda, uma participação destacada das comunidades e das entidades da sociedade civil de tal forma que o governo da cidade seja, de fato, um governo da cidadania e não das burocracias partidárias.

Guarda municipal e um sistema de segurança integrado que garanta direitos e previna a violência e a criminalidade

A Emenda Constitucional 82, de 16 de julho de 2014, acrescentou ao artigo 144 da C.F., o parágrafo 10, incluindo o conceito de “segurança viária” e estabeleceu um novo caráter aos órgãos municipais de trânsito e seus agentes.

Esta mudança constitucional é de grande importância, pois inclui de forma categórica a segurança viária no sistema de segurança pública. De fato, um trânsito seguro deve ser parte de uma política de segurança pública. Isso diz respeito à fiscalização das leis e normas de trânsito, com o intuito de reduzir acidentes, preservar a vida e garantir a mobilidade urbana. A elevação do conceito de segurança viária ao artigo 144 da C.F., entretanto, demonstra a necessidade de irmos além. Pelas vias públicas transitam também automóveis roubados e furtados e é através delas que drogas e armas são transportadas e que pessoas dispostas à prática de vários crimes se deslocam. Também tem sido nas vias urbanas que ocorre elevado número de assaltos em ônibus e lotações e onde até mesmo execuções têm ocorrido.

Os Agentes de Fiscalização de Trânsito são uma categoria altamente qualificada e, infelizmente, subestimada e subutilizada pela administração municipal. Eles podem cumprir papel relevante na garantia da mobilidade urbana com um trânsito e um transporte mais seguros, participando, junto com a guarda municipal e a polícia militar, na garantia da segurança das pessoas que transitam de ônibus, carro ou bicicleta e ainda auxiliando, pela sua presença, na segurança das pessoas que caminham pela cidade. Para isso, é necessária uma política integrada de segurança urbana e viária, com uma guarda municipal presente nas ruas, conectada com a Brigada Militar e com Agentes de Fiscalização de Trânsito e Transporte, com treinamento e condições materiais e profissionais de participar de forma ativa na segurança da cidade. A integração dos Agentes de Fiscalização de Trânsito e Transporte neste sistema, mesmo que de forma subsidiária, irá possibilitar de imediato dobrar o número de agentes públicos envolvidos na segurança da cidade. A Prefeitura atuará fortemente como um agente executor de políticas públicas de prevenção à violência e ao crime através da Rede Integrada de Segurança Comunitária e Viária que trabalhará em conjunto com Agentes de Fiscalização do Trânsito e Transporte conectados com a Guarda Municipal, articulada com as forças de segurança do Estado e com a cidadania consciente. A Guarda Municipal deve atuar de forma unificada, apoiada nas novas tecnologias de informação que possibilitem aos seus agentes prevenir e coibir a violência e a criminalidade, não restringindo sua atuação prioritária à guarda patrimonial. Para tanto, são necessários compromissos e iniciativas por parte da administração pública, os quais apresentaremos de forma sintética:

Comunicação e integração da Guarda Municipal com os órgãos de segurança do Estado e com a comunidade.

O principal recurso para a eficácia do policiamento é a informação. No RS, entretanto, não dispomos sequer de um sistema de comunicação integrado entre as guardas municipais e as polícias que, por sua vez, sequer utilizam a mesma tecnologia. Para que os órgãos de segurança possam ser efetivos em seu trabalho, é preciso que eles sejam informados constantemente pela população. Os residentes sabem muito a respeito das dinâmicas criminais e violentas da sua região. Entretanto estas informações só serão compartilhadas se a população tiver uma relação de proximidade com os agentes da segurança pública. Daí a importância da abordagem conhecida como Polícia Comunitária. Neste modelo, os policiais prestam serviço em uma região determinada, passando, assim, a conhecer a realidade local. São também identificados pelos residentes o que tende a desenvolver relações mútuas de confiança. A GUARDA MUNICIPAL terá este caráter de policiamento de proximidade.

A população tem se organizado por conta própria, através de grupos que utilizam aplicativos como WhatsApp, para criar uma rede de comunicação, prevenção, solidariedade e apoio. Esta dinâmica cidadã precisa ser compreendida pelo Poder Público de tal forma que se viabilize a participação cidadã na construção de soluções comunitárias de segurança. Na ausência desta política, veremos a multiplicação de empresas privadas de segurança além de outros negócios que se alimentam do medo e da própria ineficiência do setor público.

Apoio científico à prevenção da criminalidade

O Estatuto Geral das Guardas Municipais, no seu art. 3º, parágrafo III, estabelece como princípio orientador “o Patrulhamento Preventivo”, o qual não deve ser confundido com trabalho social. A concepção preventiva pressupõe a adoção e a aplicação dos princípios do policiamento comunitário e de proximidade. A identificação dos “agenciamentos” que retroalimentam o crime e a violência nas diferentes regiões da cidade exige que a Guarda se aproprie dos recursos tecnológicos mais modernos em termos de inteligência e georeferenciamento. Logo, o Setor de Inteligência da Guarda deve ser ampliado e remodelado, assim como é fundamental a criação de um Setor de Georeferenciamento do crime e da violência.

Do ponto de vista da dimensão logística é possível afirmar que a Guarda Municipal de Cachoeirinha apresenta boa instrumentalização. No entanto, o Estatuto Geral das Guardas confere várias novas atribuições a instituição. Nesse contexto, a readequação da logística, dos equipamentos e do armamento dos servidores se torna imprescindível. Soma-se a isto, a necessidade de investimentos para renovar e atualizar equipamentos utilizados pelos servidores, tais como coletes balísticos, spray de pimenta e armas não letais.

Nessa perspectiva, a GUARDA MUNICIPAL deverá estabelecer vínculos com a comunidade, ganhando sua confiança e respeito e prestando contas da sua atuação, o que também previne atuações violentas e desrespeitosas, visto que a sua presença naquela área é permanente e não uma contingência derivada de um chamado diante de um crime ou ameaça.

Impulsionar a cooperação com a Rede Municipal de Ensino tendo como objetivo a criação de Comissões Internas na ampla maioria das Escolas Municipais para implantar um programa de mediação de conflitos. Para a criação e a sistematização do programa será necessário firmar um protocolo de cooperação entre a Guarda Municipal e a Secretária Municipal de Educação, bem como destinar investimentos, para a área de recursos humanos e de formação profissional em práticas restaurativas e mediação de conflitos.

Balada Segura de verdade

Ampliação da operação Balada Segura, distribuindo agentes de trânsito e guardas municipais pelas ruas de grande concentração noturna com foco na prevenção da violência, além de coibir o consumo de bebidas ao volante e os crimes de trânsito.

Parque Seguro

O projeto visa à retomada dos espaços públicos por parte da população. Para tanto propomos revitalizar tais ambientes, através da recuperação dos equipamentos depredados e abandonados e da iluminação, bem como do investimento em novos espaços e

equipamentos que atendam não somente demandas de diversidade cultural, que permitam a convivência pacífica, a aproximação e o diálogo entre grupos distintos.

Mais segurança nos Bairros

O programa prevê a instalação de alarmes comunitários e a criação de uma rede de comunicação via aplicativo de celular que conecte a comunidade com a Guarda Municipal. Para sucesso do programa propomos a presença diária de no mínimo um interlocutor por região da cidade, para que se estabeleçam laços de confiança, solidariedade e empatia entre comunidades e agentes públicos municipais.

Investir nas crianças e jovens para prevenir a violência

Segmentos significativos da juventude estão sendo dizimados no circuito criminoso das periferias. A ausência de políticas públicas voltadas para a juventude e a carência de espaços qualificados para o lazer, esporte e manifestações artísticas e culturais, somam-se ao desemprego e à falta de perspectivas, oportunizando a criação de condições ideais para o recrutamento de jovens pobres pelo tráfico.

A área de educação é decisiva na identificação do público alvo através do exame de fichas escolares de alunos infrequentes, avaliação dos boletins disciplinares das escolas, discussão constante com professores que também são vítimas da violência e que trabalham em regiões marcadas por uma ecologia do medo. A evasão escolar é um problema gravíssimo que iremos enfrentar a partir da meta “evasão zero”.

É preciso disputar cada criança e cada jovem. Por isso também é preciso uma política consistente para casas de acolhimento crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica, do abuso sexual e do abandono.

ASSISTÊNCIA SOCIAL HUMANIZADA

A segregação social exclui diferentes grupos que não são absorvidos pelo mundo do trabalho. Mas, afinal, o que leva uma pessoa a viver na rua? Não há um único motivo, mas uma diversidade de acontecimentos que levam alguém a romper com seus vínculos sociais e afetivos (família, amigos, comunidade, trabalho, entre outros) e encontra na rua sua única garantia de sobrevivência e trabalho.

A superação desta realidade depende de políticas que ofereçam alternativas reais para essas populações, por meio de ações que reconheçam a situação de viver na rua como temporária. É preciso reconhecer que estas pessoas são portadoras de direitos como qualquer outro cidadão e que, devido à condição de extrema vulnerabilidade, necessitam de atenção especial do poder público.

Um governo popular e democrático deve priorizar a política de assistência social e reverter a lógica de “política pobre para pobres”. Deve oferecer serviços a partir de uma concepção de direitos e não de atendimentos provisórios sob a lógica da caridade.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- Aumento gradativo de trabalhadores contratados por meio de concurso público. Valorização dos trabalhadores, com maior participação na condução da política e democracia participativa na gestão, além de debate com os servidores sobre plano de

carreira, fim do assédio moral e implantação de programas política de educação permanente.

- Ampliar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em áreas com maior número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- Humanizar os serviços de abrigos e albergues e repensar critérios de inclusão para torná-los mais flexíveis e adequados à realidade de quem vive na rua. As melhorias devem incluir espaço para guardar pertences pessoais, canil para os animais de estimação, flexibilidade nos horários de entrada e saída, abordagem diferenciada àqueles com problemas de saúde mental, além de ampliação dos serviços para outras regiões da cidade.
- Linha telefônica direta e gratuita para o Conselho Tutelar com três dígitos ou um ramal para o usuário no número 156 para recebimento de denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes.
- Melhoria e construção de novos restaurantes populares em diferentes pontos da cidade, com refeições a preços simbólicos, para garantir alternativa de alimentação especialmente para desempregados e para pessoas em situação de rua.

INVESTIR E EDUCAR PARA A EMANCIPAÇÃO

A educação é um dos temas mais importantes quando falamos de mudança social. Ela é a principal indicadora de aumento de rendimentos do trabalho e de mobilidade nas sociedades democráticas, além de ser um bem coletivo capaz de promover a cidadania e de ampliar a inclusão social de todos.

Cachoeirinha merece uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade, voltada para os interesses da população. Por isso, nossa prefeitura pretende fazer parte de um esforço nacional para que não haja cortes de verbas, por parte do governo federal, que atinjam o financiamento da educação de Estados e municípios. Propomos fortalecer a luta histórica por 10% do PIB para o financiamento da educação.

A educação integral em Cachoeirinha deve ser parte da agenda de mudança. Devemos encaminhar uma discussão séria, que avance numa proposta pedagógica de execução de atividades educacionais em tempo integral.

A prefeitura deve ampliar a rede própria de educação infantil em tempo integral para garantir o acesso a o acesso e a permanência de todas as crianças de zero a seis anos, conforme estabelece o Plano Municipal da Educação (PME). Precisa ainda melhorar a qualidade do atendimento.

É preciso mudar a educação em Cachoeirinha. Essa mudança será possível se for realizada em conjunto com a comunidade escolar e com um forte compromisso com a educação inclusiva e a diversidade.

Apresentamos, nesta construção programática, algumas propostas para discussão:

- Combate à evasão escolar. A manutenção das crianças e adolescentes nas escolas é fundamental para as políticas para a juventude, de apoio às mães e de respeito aos direitos da infância. O combate à evasão escolar se faz, prioritariamente, pelo encantamento que a escola proporciona às crianças e jovens. Projetos inovadores e professores comprometidos com a educação são o alicerce deste trabalho. Mas isso também passa pela atuação, nas escolas municipais de equipes que envolvam profissionais vinculados à educação e à assistência social no resgate e acompanhamento do aluno infrequente.
- Trabalhar para que as escolas acolham as crianças em turno integral, sob pena do aumento dos problemas sociais e da violência. Da mesma forma que o combate à evasão, a escola em turno integral exige um planejamento comprometido com a emancipação do sujeito. Isso significa que a escola precisa oferecer atividades que promovam o desenvolvimento integral das crianças e jovens, com atividades pedagógicas e lúdicas nos dois turnos.
- Interligar as ações da SMED com a Guarda Municipal para a prevenção a violência nas escolas, mediante o desenvolvimento de projetos preventivos que incluam cultura, esporte e lazer junto às comunidades escolares. Ampliar o patrulhamento da Guarda Municipal nos arredores das escolas.
- Melhorar as condições de inclusão das crianças e jovens com deficiência, com a formação de professores e apoio especializado na rede regular, e fortalecer a rede de atendimento de Escolas de Educação Especial, com mais vagas e ampliação do período de acesso aos estabelecimentos.
- Ampliar o número de escolas infantis, para que nossas crianças sejam atendidas e seus responsáveis possam trabalhar tranquilos. Nenhuma mãe pode deixar de trabalhar ou de ir à escola por não ter onde deixar seu filho(a). Para isso, é preciso também criar vagas noturnas.
- Abrir diálogo com as escolas infantis particulares ameaçadas de fechamento devido ao excesso de burocracia e regras desnecessárias.

Erradicar o analfabetismo em Cachoeirinha, que está em torno de 3%. Esse índice precisa ser zerado. Para isso, é preciso desenvolver programas de estímulo ao retorno aos estudos e de qualificação do trabalho da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- Priorizar a educação infantil pública e o controle democrático das conveniadas. É preciso fazer crescer a participação da rede pública e, ao mesmo tempo, garantir uma política de controle social e da prefeitura sobre os contratos com as creches conveniadas.
- Manter a EJA, ameaçada de desmonte. A metodologia de Educação de Jovens e Adultos precisa ser vista como mais uma oportunidade para todos os que não frequentaram a escola na idade prevista e para os alunos do ensino fundamental a partir dos 15 anos de idade.

- Promover a educação para a diversidade, com o combate às discriminações de todos os tipos, o bullying e a violência nas escolas. A educação para a diversidade necessita estar presente nas ações cotidianas da escola com ampla visibilidade, para que seja praticada por todos.
- Incluir produtos orgânicos e de base agroecológica na merenda escolar, para garantir uma alimentação saudável para as crianças e adolescentes que estudam na rede municipal de ensino.
- A cidade como palco da educação, cultura e esporte. Construir projetos pedagógicos que apresentem a cidade e sua história, nos quais as crianças possam vivenciá-la de forma lúdica, criativa e pedagógica. Realizar políticas integradas entre as áreas da educação, cultura e do esporte, para que as praças e parques ofereçam atividades para as crianças e adolescentes.
- Garantir a formação continuada dos educadores (as), na busca de uma educação de qualidade e que contemple as temáticas dos direitos humanos, machismo, sexualidade e gênero.
Realizar um amplo levantamento sobre o quadro de professores, para estabelecer um limite de estudantes por turma e garantir a qualidade da educação.
- Fortalecer a gestão democrática, a autonomia nas escolas municipais e a valorização dos professores a partir de seus saberes e conhecimentos. A gestão democrática é a ferramenta que melhor representa o direito de participação de todos os segmentos da comunidade escolar e, como tal, precisa ser valorizada e praticada para garantir maior controle social da educação.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E FOMENTO À CULTURA POPULAR

A cultura é responsável pela identidade de um povo. Nossa história e nossa imaginação constroem o estado de espírito de uma comunidade ou nação, estabelecendo vínculos que nos unem. A cultura reflete tudo o que acreditamos ser, e é responsável por tudo aquilo que nos autorizamos a sonhar. Sem ela, a vida fica despojada de sentido, sem identidade.

É preciso descentralizar a cultura e os equipamentos culturais.

- Fortalecer os grupos culturais nas suas comunidades, incentivando os artistas de bairro com projetos com recebam recursos.
- Abertura do espaço ocioso nas escolas públicas municipais para apresentações culturais.
- Valorização do carnaval de rua, com apoio aos blocos e calendário construído de forma democrática.
- Abertura de um espaço cultural múltiplo (artes visuais, cinema, circo, dança, música, teatro, etc), na casa de Cultura e Casa do Leite.

- Batalhar pelo espaço próprio da biblioteca municipal Monteiro Lobato, que hoje se encontra na casa do leite que é um espaço de preservação da história de Cachoeirinha e não um espaço adequado para uma biblioteca e para a leitura.

Valorização do Plano Municipal do Livro e da Leitura com dotação orçamentária própria para a execução de políticas de descentralização do acesso ao livro e à leitura, com bibliotecas regionais, melhoria da biblioteca e o fomento à literatura e aos espaços de troca, como equipar os ônibus com “bolsos” para trocas de livros.

- Contra turno cultural: levar e trazer os alunos das escolas municipais, em seu contra turno, para a vivência cultural e cidadã de sua cidade, com sessões em espaços culturais e na própria escola para colocar os alunos em movimentação por sua cidade e seu patrimônio material e imaterial
- Recuperar da diversidade da convivência nas praças de Cachoeirinha, promover a acessibilidade através de brinquedos para cadeirantes, mini pistas de skate para jovens, canchas de bocha e academias para a terceira idade, bem como canchas de futebol, basquete e vôlei, bicicletário e canteiros comunitários, apresentações culturais com espetáculos de intervenção urbana nas áreas de circo, dança e teatro, bem como sessões de cinema ao ar livre e shows em praças.
- Apoio e valorização ao Coral Municipal de Cachoeirinha.
- Preservar e revitalizar o patrimônio histórico da cidade, como a Casa do Leite, casa de Cultura e casa dos Batista, entre outros.
- Visibilidade e apoio à realização de festivais de música com músicos independentes e bandas locais
 - Criar a secretária da cultura, desmembrando hoje da atual SMCELT

ECONOMIA E DIREITO AO TRABALHO

Do ponto de vista da economia, Cachoeirinha está entre as 20 primeiras cidades em arrecadação no Estado (num total de 497). Possui um Distrito Industrial com uma localização geográfica privilegiada, com acesso a todas as rodovias mais importantes, tais como a BR 290 (free way), RS 118, BR 116, RS 020, tornando-se um dos mais importantes pólos de logística e distribuição no Estado, além de sediar grandes indústrias do ramo alimentício, metal mecânico e químico, entre outros, integrada à região metropolitana e ao eixo Porto Alegre e grande Porto Alegre, seja por conta do fluxo das atividades ou pelos deslocamentos da força de trabalho. O perfil econômico da cidade transformou-se profundamente ao longo dos anos, inicialmente com uma expansão e atualmente com um enxugamento das atividades na indústria. Apesar disso, ainda temos aqui instaladas mais de 660 empresas dos mais diversos segmentos. Um governo popular deve desenvolver políticas que favoreçam a democratização da cidade também na área econômica.

Embora os instrumentos de indução econômica fundamentais não estejam sob a esfera do município, cabe às cidades um importante papel na criação de um ambiente econômico saudável e democrático, voltado ao apoio a determinadas atividades, investimentos e geração de emprego e renda.

Entre as diretrizes para uma política municipal de desenvolvimento econômico e social, destacamos: Explorar a vocação de Cachoeirinha para os serviços, em especial nas áreas de comunicação, informática e de saúde, para estimular o desenvolvimento econômico, social e ambiental. A prefeitura deve atuar como articuladora da inteligência acumulada em centros universitários de pesquisa para desenvolver soluções mais baratas, eficazes e geradoras de emprego e renda em áreas como tratamento de resíduos, saneamento básico, obras públicas e nos serviços de saúde, educação e assistência social. Área rural livre de agrotóxicos. Diante da enorme crise na saúde pública devido ao consumo excessivo de agrotóxicos pela população gaúcha (cerca de 8 litros por habitante por ano) a prefeitura deve estimular a agroecologia no âmbito da produção rural que ainda existe no município com o objetivo de, em articulação com os produtores, declarar a produção de hortifrutigranjeiros tradicional da cidade livre de venenos e pesticidas. Isto requer medidas de estímulo econômico, como ações de extensão rural focadas no desenvolvimento de técnicas de manejo e expansão das feiras modelo e horto mercados com produtos orgânicos. Redes de cooperação.

A tendência à monopolização do mercado por parte dos grandes grupos em diversos setores fragiliza o tecido econômico, gera mais desigualdades e reduz o pequeno comércio local. **A prefeitura deve atuar em apoio às pequenas e médias empresas** mediante o estímulo a redes de cooperação que promovam a associação de comerciantes e produtores em busca de economia de escala na aquisição de mercadorias e nas ações de promoção e venda, além de compartilhamento de técnicas de gestão dos negócios. Compras Coletivas. No mesmo sentido das redes de cooperação, é importante estimular a formação de centrais de compras coletivas por local de trabalho ou moradia para permitir negociações em termos mais favoráveis com fornecedores de produtos e serviços e estabelecer freios às práticas especulativas dos grandes varejistas.

Comércio ambulante. Diante do aprofundamento da crise econômica e do desemprego, existe uma tendência de crescimento do comércio ambulante. A prefeitura deve organizar feiras rotativas e trabalhar junto às organizações representativas para estabelecer regras gerais de funcionamento do setor.

Geração de renda e apoio à economia solidária. Criar espaços para grupos, associações e cooperativas, destinados ao comércio de produtos da economia solidária, em equipamentos municipais como escolas, entre outros. A prefeitura também deve trabalhar para reforçar no município os programas federais de emprego e renda e complementá-los com ações de qualificação profissional e de fomento à autonomia dos trabalhadores. Apoio aos produtores artesanais, com promoção de festivais e feiras que criem espaços de comercialização alternativos às grandes redes de varejo.

ESPAÇOS PÚBLICOS: LAZER E ESPORTE NA CIDADE

Viver em comunidade pressupõe preservar o principal bem de uma cidade: seus espaços públicos. É nas ruas, avenidas, praças, largos e parques que a vida acontece, que as pessoas exercem atividades de esporte e lazer, estabelecem vínculos sociais e significam sua relação com o espaço urbano. É também no espaço público que a cidadania se mobiliza e encontra referências para lutar por seus direitos.

O esporte no Brasil cumpre um papel fundamental no desenvolvimento de uma identidade e cultura nacionais. O futebol, como também outras modalidades esportivas, contribuem, assim, para o desenvolvimento da coesão social.

É por essa razão que quando falamos de uma política municipal de esporte precisamos ter em mente que esta atividade é fundamental na construção do viver bem em comunidade. A organização de atividades físicas não competitivas em espaços públicos e de um conjunto de modalidades esportivas como maratonas, torneios nos bairros, além do apoio aos times de várzea, são instrumentos para a criação e fortalecimento dos vínculos sociais e também de apropriação e preservação dos espaços públicos.

Neste sentido, apresentamos estas propostas para o debate:

Plebiscitos ou referendos para aprovação ou rejeição projetos Plebiscitos ou Referendos para aprovação ou rejeição, pela comunidade, de projetos que representem intervenção drástica na paisagem e vida de regiões ou de toda a cidade: esses projetos devem ser intensamente debatidos e decididos pela população local e com os cidadãos em geral.

Espaços públicos verdes Transformar os espaços como CALÇADAS e CANTEIROS CENTRAIS de vias em áreas permeáveis por meio de espaços verdes, a fim de garantir os microclimas locais, com plantio de gramas, composições florísticas, arbustos etc. Esta prática contribui significativamente na prevenção de alagamentos, uma vez que o solo absorve grande quantidade de água da chuva; Plano de arborização para a cidade, priorizando o (re)plantio de espécies nativas. Revitalizar a Av. Flores da Cunha

Cachoeirinha possui mais de 11.000 empresas prestadoras de serviços e mais de 1.000 comércios estabelecidos na Av. Flores da Cunha, um verdadeiro shopping a céu aberto. Essa Avenida, que é o cartão postal da cidade, que tem nas **calçadas** sua principal deficiência, precisa ser revitalizada e humanizada, oferecendo um espaço digno para os pedestres, com calçadas adequadas e com acessibilidade, com lixeiras com limpeza e manutenção constantes.

Esporte como política pública Fortalecimento da Secretaria Municipal do Esporte desenvolvendo um Projeto Esportivo para a cidade, em conjunto com profissionais e usuários. Políticas regionalizadas e construídas democraticamente. As prioridades e necessidades reais para a prática de atividades físicas e esportivas na cidade devem ser definidas de forma regionalizada e democrática, a partir do diálogo com a juventude e com o conjunto dos atores envolvidos no esporte. Reforma e ampliação do número de pistas de

skate — Cachoeirinha tem pouquíssimas pistas de skate. É possível revitalizá-las e ampliá-las com condições mínimas de receber competições e usuários em larga escala.

Estímulo a modalidades esportivas como os jogos de gramado.

GOVERNAR COM OS MUNICÍPIOS PARA MUDAR A CIDADE

A prefeitura de Cachoeirinha possui 3.208 servidores ativos. O número de trabalhadores se manteve praticamente o mesmo em dez anos, mas a estrutura da prefeitura aumentou. A precarização, os desvios de função, muitas terceirizações e contratos emergenciais explicam estes números.

Por outro lado, o número de Cargos em Comissão (CCs) na administração direta aumentou muito nesse período.

Os municípios, nas mais diversas áreas, realizam o atendimento direto à população, prestando um serviço fundamental à cidade. São as pessoas mais capacitadas para apontar os problemas de gestão, bem como suas soluções. A valorização dos servidores deve ser uma diretriz fundamental de qualquer projeto de mudança real para Cachoeirinha. Para que as políticas públicas tenham continuidade e eficácia, para além dos governos de plantão, é preciso empoderar os servidores de carreira, propiciando que sejam eles quem conduzam a execução das políticas e sejam parte fundamental na sua elaboração.

Por isso, pensamos que para mudar Cachoeirinha, inicialmente é preciso: Reposição anual da inflação e recomposição gradual das perdas acumuladas

Valorização profissional dos servidores de carreira: estimular a capacitação para a gestão dos funcionários de carreira a fim de promover uma inversão na atual lógica de ocupação das chefias por cargos comissionados.

Avaliar junto ao SIMCA e a outras organizações de categorias municipais as áreas da prefeitura afeitas a uma escolha por votação direta das chefias

Redução em 70% do número de Cargos em Comissão Capacitação dos servidores para melhor prestação de serviço à população.

Plano de Carreira com isonomia salarial para os cargos que exigem a mesma formação e que garanta ascensão profissional para todos. Elaboração de lei que regulamenta as normas de saúde e segurança no trabalho. Diálogo permanente com o SIMCA — Sindicato dos Municípios de Cachoeirinha.

IMPULSO À COLETA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS

O lixo domiciliar, os produtos de capina e poda, além de uma parcela de restos de obra e demolições, são encaminhados sem triagem prévia ao aterro sanitário. O trabalho dos catadores de materiais recicláveis poderia contribuir para diminuir o volume do nosso desperdício. Porém, há falta de uma política de complementaridade da coleta seletiva, em parceria com os catadores, utilizando carrinhos elétricos, conforme defende o Movimento Nacional de Catadores e Recicladores – MNCR, através do projeto Coleta Seletiva Solidária. Cachoeirinha precisa e merece uma prefeitura responsável, comprometida com a “política dos 3 erres” (redução, reuso e reciclagem). Investimento no departamento municipal de limpeza urbana: A prefeitura deve fiscalizar as empresas terceirizadas e estimular a prestação de serviço por cooperativas verdadeiras.

Coleta seletiva solidária: Criar gradualmente a Coleta Seletiva Solidária, em parceria com os catadores, implementando um projeto de complementaridade e futura substituição da atual coleta seletiva domiciliar, feita por empresas terceirizadas que super exploram os trabalhadores. Desta forma, será possível aumentar os dias das coletas nos bairros, gerando mais renda para os catadores e demais trabalhadores do setor e melhorando o serviço prestado à população.

Coleta do óleo de cozinha: É preciso implementar a coleta seletiva também do óleo de cozinha rumo a criação de um Sistema Integrado de Gerenciamento de Resíduo Óleo saturado, que é extremamente poluente se descartado inadequadamente. Sua reciclagem contribui para a produção de biocombustível.

Educação ambiental permanente e transversal: É preciso manter as campanhas educativas sobre a separação adequada dos resíduos, constantemente e de forma transversal, envolvendo as escolas e associações de moradores.

Coleta de garrafas PET: Incentivar esta coleta, além de colaborar com a limpeza, pode aumentar a renda dos trabalhadores da reciclagem. Essa proposta deve ser realizada mediante diálogo com a sociedade e parceria com movimentos sociais como o Movimento Nacional de Catadores e Recicladores – MNCR.

Calçadas e espaços públicos limpos: Construir uma ampla campanha de educação e conscientização sobre a necessidade da limpeza e da preservação dos espaços públicos.

Programa de compostagem para a cidade: Elaborar programa de compostagem doméstica em Cachoeirinha, cujo principal objetivo é reduzir a quantidade de resíduos enviados aos aterros. Além de diminuir recursos gastos com os aterros, esse programa deve ser pensado como mais uma iniciativa de conscientização para a educação ambiental.

Campanha pela separação dos resíduos: Realização de um levantamento em todos os bairros da cidade sobre a qualidade do serviço e a realização de ampla divulgação dos horários e locais de coleta seletiva.

Coleta seletiva de resíduos de podas e limpeza de jardins: Criar, em conjunto com as comunidades, um sistema de coleta de resíduos de podas e jardinagem, que possam ser reutilizados como lenha e compostagem.

COMBATE À LGBTFOBIA, ACOLHIMENTO E RESPEITO À DIVERSIDADE

A violência contra a população LGBT se expressa cotidianamente nas ruas, por meio dos insultos, piadas, agressão física e discriminação nos locais de estudo, de trabalho e de lazer. O Brasil é responsável por 50% das mortes da população transexual no mundo – um verdadeiro escândalo.

Nessa população, a expectativa de vida não passa dos 30 anos, comparados aos 75 anos da população geral. Como se não bastasse, nosso país é o que mais mata LGBT no mundo – um a cada 27 horas, segundo relatório do Grupo Gay da Bahia. É na cidade que os LGBT são perseguidos e discriminados, portanto cabe aos seus governantes a elaboração de medidas concretas de combate à LGBT fobia para torná-las acolhedoras e seguras a esta população.

Apresentamos algumas propostas para a discussão:

Combate efetivo à LGBT fobia: Controle das denúncias e acompanhamento minucioso dos casos de LGBT fobia por uma via própria.

Diálogo Permanente: O governo da cidade precisa ser parceiro do movimento LGBT e deve estar disposto a ouvi-lo, acolher suas pautas e encaminhar suas reivindicações, através de ferramentas como disque-denúncia, conferências, etc.

Acolhimento à população LGBT nas escolas municipais e combate ao bullying: Na educação é preciso criar uma rede de garantia de acesso e permanência de LGBT, com equipes volantes que possam visitar as escolas, servindo de mediadores entre estudantes, corpo docente, gestores e comunidade, promovendo atividades regulares e cursos de formação. Através de um amplo programa de formação de professores e de combate ao bullying e às diversas formas de assédio.

Parcerias com agentes sociais para cursos de acolhimento/atendimento: Buscar parcerias com os agentes sociais como ONGs, grupos de estudos, faculdades, etc. para ministrar cursos online ou presenciais sobre acolhimento, combate à LGBT fobia, Direitos Humanos, saúde da população LGBT e outros temas, para capacitar e orientar os servidores.

Criar uma política de inclusão de pessoas Trans e travestis no mercado de trabalho e no serviço público como por exemplo através de cotas em concursos públicos municipais.

POR UMA CIDADE DAS MULHERES

É preciso construir uma prefeitura disposta a enfrentar o ciclo de violência, desigualdade e machismo. As políticas públicas no município são estratégicas, pois é justamente nas cidades que as violências, assédio, violência sexual se manifestam.

A violência doméstica é uma realidade cruel em todo o país e em Cachoeirinha, sendo uma das grandes violações de direitos das mulheres.

Só nos dois primeiros meses de 2026 foram 17 feminicídios no RS, em 2025 foram registrados 80 feminicídios no Estado, sendo a maioria desses crimes cometidos por namorados, maridos, ou ex-companheiros e dentro de casa. Para romper este ciclo, as medidas de prevenção e de enfrentamento à violência contra a mulher são fundamentais. Cachoeirinha não possui nenhuma Delegacia Especializada da Mulher para uma cidade com mais de 70 mil mulheres. Do ponto de vista dos equipamentos municipais, não temos nenhum abrigo para as mulheres vítimas da violência que correm risco de vida, apenas a rede lilás e as salas das margaridas que são localizadas dentro das duas delegacias de polícia do município.

É preciso descentralizar esses equipamentos ampliar a oferta de abrigo para as mulheres em situação de risco e construir Centros de Referência a Vítimas da Violência nas periferias da cidade

Criar os Centros de referências de políticas para as mulheres (CRPM) de Cachoeirinha, como se fossem CRAS, mas com serviços voltados às mulheres como marcação de consultas, apoio jurídico, orientação para acessar serviços e benefícios sociais, vagas de empregos. Assim como acolhimento em caso de violências.

Além destas medidas, é preciso avançar na compreensão de que a rede de assistência não pode ser apenas pós-violência, ao contrário, são necessárias ações de prevenção, autonomia e empoderamento das mulheres.

Lamentavelmente os investimentos públicos necessários para ajudar na interrupção do ciclo de violência têm sido cada vez menores. Uma Cidade das Mulheres deve aumentar substancialmente o orçamento para o setor. Embora as mulheres sejam a maioria da população de Cachoeirinha, totalizando 52% da cidade, conforme o último censo do IBGE, recebem em média 25% a menos que o salário dos homens, de acordo com a PED (pesquisa de emprego e desemprego) da Região Metropolitana.

A desigualdade salarial é uma das facetas da cultura machista que impera no país. Medidas que busquem a equidade de gênero dentro do município precisam estar na pauta de uma cidade comprometida com as mulheres.

Outro grande problema enfrentado pelas mulheres mães é a insuficiência de vagas nas escolas de educação infantil. Para efetivar o Plano Nacional de Educação, Cachoeirinha precisa da construção de mais vagas para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches e mais vagas visando o cumprimento da meta da universalização da pré-escola

para crianças de 4 a 5 anos. O fato é que uma cidade verdadeiramente preocupada com as mulheres, precisa investir na ampliação da educação infantil, permitindo educação às crianças e tranquilidade para que as mães possam trabalhar. Por fim, são inúmeros os casos de assédio às mulheres nas cidades, seja no transporte público, nos locais de trabalho e nas escolas.

É preciso que se avance em iniciativas de proteção às mulheres. Para efetivarmos uma Cidade para as Mulheres, apresentamos algumas propostas:

Criação de um Plano Emergencial de fortalecimento da rede municipal de educação com ampliação de vagas na educação infantil para que nossas crianças sejam atendidas e seus responsáveis possam trabalhar tranquilos. Nenhuma mãe pode deixar de trabalhar ou de ir à escola por não ter onde deixar seu filho (a). Para isso é preciso também criar vagas noturnas.

Fortalecimento e Descentralização do Atendimento às Mulheres Vítimas da Violência ampliando o atendimento às mulheres nas comunidades da cidade com a modernização, o aparelhamento e a descentralização dos serviços.

Promoção de medidas de prevenção da violência contra a mulher por meio de campanhas nos bairros, nas escolas e nos serviços públicos em geral.

Formação de servidores públicos, em especial na área da saúde e segurança, para o atendimento adequado das mulheres vítimas da violência. Realização de campanhas de promoção da maternidade e da paternidade conscientes, descentralizando a rede de assistência para as periferias da cidade e criando ações afirmativas que garantam a prioridade para a vida das mulheres.

Garantir a adoção de medidas de equidade de gênero no âmbito dos serviços públicos municipais, assim como incluir nas cláusulas contratuais de processos licitatórios a necessidade das empresas que serão contratadas pelo município adotarem políticas e ações sociais e econômicas de equidade de gênero.

Campanhas educativas contra o machismo: investir na educação para a igualdade de gênero, promovendo atividades constantes nos bairros de combate à violência e nas escolas da rede.

Aplicação Lei 636 de 13 de janeiro de 2010 que prevê prioridades para mulheres chefes de família em caso de empate para o Programa Minha Casa Minha Vida Publicação de relatório geo referenciado anual sobre as notificações de violência contra a mulher nos espaços de saúde, preservando endereço e identidade das vítimas.

Execução de projetos voltados para garantia dos direitos das mulheres na cidade, tais como a Lei 11.552/2014 que inclui o ensino da Lei Maria da Penha nas escolas.

Estabelecer medidas de ações afirmativas para mulheres condutoras de táxi, como forma de garantir o direito de escolha das mulheres. Assegurar a implementação da Lei da

Parada Segura, viabilizando o desembarque fora das paradas obrigatórias após às 22 horas, como forma de ajudar na segurança da população e das mulheres.

Garantir a formação continuada dos educadores na busca de uma educação de qualidade contemplando as temáticas de direitos humanos, gênero e sexualidade.

Criação de um aplicativo para a denúncia de violência e assédio. Garantir na rede municipal de serviços Recursos Humanos e equipamentos adequados para o atendimento de mulheres com deficiência.

Ampliar os espaços de discussão sobre o modelo de parto e nascimento no Sistema Único de Saúde, com usuárias, trabalhadores e gestores da saúde para garantir os direitos da gestante e do bebê no pré parto, parto e pós-parto com vistas a garantir uma política que garanta o parto verdadeiramente humanizado no município de Cachoeirinha.

POLÍTICAS DE REPARAÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Mais de cem anos após a conquista abolicionista no Brasil, restam ainda efeitos perversos da escravidão em nossa sociedade. Propostas:

Realizar campanhas institucionais de educação cultural contra o racismo e a discriminação. Apoiar a luta dos movimentos sociais para combater a segregação das populações negras nas áreas periféricas da cidade construindo políticas públicas que façam pressão inversa.

Incentivar o protagonismo da mulher negra: possibilitar espaços de atuação e interesse para a mulher negra trazer sua história, sua tradição e ritos de passagem para o centro das discussões sobre a cidade democrática que queremos.

Valorizar os terreiros, ilês, cultos, tradições e tudo que envolve às religiões de matriz africana, que são expressão e tem raiz na cultura e religiosidade negra. Assim como políticas de prevenção e enfrentamento à intolerância e o racismo religioso.

JUVENTUDE MOBILIZADA POR UMA CIDADE DEMOCRÁTICA

Em diferentes momentos da história, o Brasil sempre pôde contar com a mobilização da juventude para alcançar vitórias. Foi assim em 2013, quando a juventude nas ruas questionou o aumento injusto da passagem de ônibus de Porto Alegre, emparedou o governo municipal e, junto da ação judicial do PSOL, derrubou o reajuste e inspirou a juventude em todo o Brasil.

Assim como a defesa de um transporte público de qualidade e a garantia do direito à cidade, o jovem enfrenta problemas que vão além das fronteiras municipais. O emprego é uma das principais preocupações da juventude. A pressão para a entrada no mercado de trabalho é muito grande sobre os jovens. Seja para complementar a renda da família, garantir sua autonomia financeira ou financiar seu estudos. É preciso que Cachoeirinha estimule o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, assegurando proteção da legislação trabalhista e previdenciária.

Nesse novo momento que se abriu na política nacional, não podemos repetir as fórmulas e os velhos bordões. A juventude pede novas respostas e ousadia nas ações. Estamos certos que um governo popular vai poder contar com a juventude para mudar Cachoeirinha.

Considerações sobre a Realidade das Juventudes no Brasil: A juventude se constitui em um segmento social que vem sendo particularmente impactado pela dinâmica do capital nas últimas décadas, vivenciando um contexto de (des)proteção social em um período de vida que demarca grandes transformações. Pobreza, violência, condições precárias de acesso ao trabalho, são apenas alguns exemplos do impacto do sociometabolismo do capital na juventude. Diante desses dados, observa-se que os jovens negros são mais afetados pelo desemprego, pela dificuldade de acesso ao ensino formal, pela pobreza, e são os que mais sofrem com a violência letal no Brasil. Em um país que se destaca mundialmente pelos altos índices de mortalidade juvenil, a luta pela vida faz se urgente.

A Construção de Políticas Públicas para a Juventude em Cachoeirinha passa por desenvolver políticas “de”, “para” e “com” a juventude. Propomos alguns pontos para esta construção programática:

Desenvolvimento de uma Política Municipal de Trabalho para a Juventude (orientado pelas indicações da OIT) – Escolas Municipais Técnicas, cursos de qualificação profissional (com base nas demandas da juventude), articulando com as demandas da juventude.

Garantir o acesso da juventude à educação, trabalho, cultura, lazer e a todos os espaços da nossa cidade.

Elaboração de um plano com o objetivo de concretizar a gratuidade do transporte público para estudantes.

Cultura para disputar o futuro dos jovens. A gestão municipal deve fomentar a cultura como forma de expressão, de organização e de resistência. Para dar oportunidades para os jovens artistas de Cachoeirinha, é preciso espalhar pontos de cultura democráticos pela cidade.

ÁGUAS LIMPAS E MEIO AMBIENTE PRESERVADOS EM DEFESA DA VIDA

Gestão da Biodiversidade, Orla do rio Gravataí e Áreas Naturais

Nosso rio Gravataí precisa de atenção permanente e precisa ser visto como parte da cidade uma vez que representa, além da beleza paisagística, saúde e qualidade ambiental para os moradores do município de Cachoeirinha.

Plano de Emergência contra Desastres Climáticos

A elaboração de um Plano de Emergência contra Desastres Climáticos.

Conselho Municipal do Meio Ambiente autônomo e deliberativo

O Conselho Municipal de Meio Ambiente é um espaço importante, porém não é paritário, a sociedade tem menor número em relação a secretarias e setores econômicos, sendo submetido tradicionalmente aos interesses da Prefeitura Municipal e também ao poder dos interesses econômicos de grandes empresas. Apesar de ser um conselho deliberativo, as decisões mais importantes acabam não passando por ali, e existe uma inércia burocrática de atender demandas imediatistas dos requerentes por licenças, principalmente grandes interesses econômicos de empreendimentos que entram com processos na SMAM, e deveriam passar pelas Câmaras Técnicas, com destaque a de Áreas Naturais e Paisagem Urbana

Contratação de empresas com responsabilidade socioambiental: A Prefeitura deveria contratar os seus serviços pelos órgãos da administração, com empresas que tenham, de forma comprovável, responsabilidade socioambiental, inclusive em parcerias de eventos. Por outro lado, considerando que a frota de automóveis individuais é elevada e tende a chegar a muitas centenas de milhares de automóveis que circulam em Cachoeirinha todo o dia, em grande parte pela falta de transporte coletivo de qualidade, devemos ter soluções fundamentais como incrementar e melhorar o transporte coletivo.

Regulamentação das Lavagens Expressas — objetivo é que as lavagens expressas não possam utilizar água potável, mas apresentem sistema de cisternas para reaproveitamento da água da chuva para essa atividade.

Arborização com frutíferas — utilização de mudas de frutíferas nativas na arborização de vias e praças públicas. **Captação da Água da Chuva** — Regulamentação para exigência de que edifícios novos a serem construídos prevejam a instalação de cisternas para aproveitamento da água da chuva. Estudar campanha ambiental de estímulo à captação da água da chuva em construções mais antigas.

RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

Cuidar bem dos animais é uma diretriz básica de respeito e carinho com as espécies e é também uma questão de saúde pública e de compromisso com o bem-estar na cidade. Cães e gatos abandonados pelas ruas de Cachoeirinha podem facilmente adquirir e transmitir doenças – fruto da absoluta falta de cuidados a que estão submetidos. Apresentamos aqui algumas propostas para o debate:

Fiscalização dos locais de comércio ou adoção. A prefeitura, com sua estrutura técnica, precisa se certificar de que as feiras de adoção e os locais de comércio de animais estejam garantindo as condições necessárias de higiene e cuidado.

Política de controle populacional dos animais domesticados e de rua. O controle da população de animais não deve ter um viés de higienização da cidade, mas de preservação das boas condições de vida de animais e seres humanos.

Programa de castração e vacinação nos bairros voltado a animais de famílias que não tem condições de custear esses serviços e locomoção. Ampliar a rede de protetores cadastrados: Protetores cadastrados tem atendimento e apoio para castrações, exames e consultas e vacinas.

CED – Captura, Esterilização e Devolução: Tão importante quanto a esterilização dos animais tutelados por famílias de baixa renda é a captura e esterilização dos animais abandonados ou nascidos nas ruas, e sua posterior devolução ao local de origem, visando o controle populacional.

NOTAS DE RODAPÉ

1. PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania lançado pelo Governo Federal, Ministério da Justiça em agosto de 2007, articula 94 ações de prevenção, controle e repressão na área Disponível: de segurança <http://www.observatoriodeseguranca.org/> 19.07.2016. pública. Acesso: 2. Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. “Construção de uma nova narrativa democrática para a Segurança Pública”, publicado em junho de 2016. Disponível: <http://www.forumseguranca.org.br/> Acesso: 19.07.2016. 3. Material proveniente da tese de doutorado de Giovane Antonio Scherer. 4. Segundo mapeamento realizado como parte da Tese de Doutorado em Se